

PAUTA DA 19ª SESSÃO ORDINÁRIA DO 1º PERÍODO DE 2026**DATA DA SESSÃO:**
15/06/2026**HORÁRIO DA SESSÃO:**
19h**LOCAL DA SESSÃO:**
Plenário da Câmara**MATÉRIA AGUARDANDO PARECER**

TÍTULO	REMETENTE	ASSUNTO / COMISSÕES
<u>PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 0191/2026</u>	Mesa Diretora	Ementa: Regulamenta o procedimento de justificativas de faltas pelos vereadores nas sessões legislativas e disciplina o desconto de subsídios para o caso de faltas injustificadas, e dá outras providências Enviado em 11/02/2026 para Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) com vencimento em 23/02/2026.
<u>VETO TOTAL Nº 0003/2026 ao PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 2746/2026</u>	Poder Executivo	O Prefeito de Arapoti, IRANI JOSÉ BARROS, no uso de suas atribuições legais e constitucionais, com amparo no artigo 78, da Lei Orgânica do Município de Arapoti e artigo 66, parágrafo 1º, da Constituição Federal, manifesta seu veto total ao Projeto de Lei Nº 2746/2026. Enviado em 11/06/2026 para Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) com vencimento em 22/06/2026.
<u>PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 0386/2026</u>	Maicon Pot	CONCEDE TÍTULO DE CIDADÃO HONORÁRIO AO SR. PAULO SERGIO GUALDEZI Enviado em 11/06/2026 para Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) com vencimento em 22/06/2026.
<u>PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 2747/2026</u>	Lelo Ulrich	Dispõe sobre a divulgação da lista de espera para consultas, exames e cirurgias na rede pública de saúde do Município de Arapoti e dá outras providências. Enviado em 12/06/2026 para Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) com vencimento em 24/06/2026.
<u>PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 2752/2026</u>	Lelo Ulrich	Dispõe sobre a criação do Programa Municipal de Frentes de Trabalho e dá outras providências. Enviado em 12/06/2026 para Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) com vencimento em 24/06/2026.
<u>PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 2766/2026</u>	Romanti Ezer Prestes Moreira	Autoriza o Poder Executivo Municipal a instituir o Programa de Acesso Facilitado a Medicamentos por meio do Transporte Coletivo no Município de Arapoti e dá outras providências. Enviado em 29/05/2026 para Comissão de Políticas Gerais (CPG) com vencimento em 10/06/2026.
<u>PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 2770/2026</u>	Poder Executivo	Disciplina a realização de atividades recreativas, sociais, culturais, religiosas, esportivas, institucionais ou promocionais, cuja realização tenha caráter eventual, se dê em local determinado, de natureza pública ou privada, e produza reflexos no sistema viário ou na

		segurança pública. Enviado em 10/06/2026 para Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) com vencimento em 22/06/2026.
<u>PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 2771/2026</u>	Poder Executivo	Acrescenta dispositivos na Lei Municipal nº 2.253/2023, estabelecendo prazos para cumprimento dos encargos da doação que tem por objeto os terrenos industriais. Enviado em 22/05/2026 para Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) com vencimento em 03/06/2026.
<u>PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 2773/2026</u>	Poder Executivo	Dispõe sobre a criação do conselho municipal dos direitos da pessoa com deficiência (CMDPD) e do fundo municipal dos direitos da pessoa com deficiência (FMDPD) e dá outras providências. Enviado em 02/06/2026 para Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) com vencimento em 12/06/2026.
<u>PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 2775/2026</u>	Poder Executivo	Altera o quadro demonstrativo das programações orçamentárias contido no art. 1º da Lei Ordinária 2459, de 07 de maio de 2026. Enviado em 29/05/2026 para Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) com vencimento em 10/06/2026.
<u>PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 2776/2026</u>	Lelo Ulrich	Dispõe sobre a proibição e regulamentação de barracões em perímetro urbano residencial no Município de Arapoti/PR, e dá outras providências. Enviado em 12/06/2026 para Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) com vencimento em 24/06/2026.
<u>PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 2777/2026</u>	Poder Executivo	Autoriza o Poder Executivo Municipal a alienar, mediante licitação na modalidade Leilão, na forma eletrônica, os bens móveis de propriedade do Município, e dá outras providências. Enviado em 10/06/2026 para Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) com vencimento em 22/06/2026.
<u>PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 2778/2026</u>	Poder Executivo	Autoriza o Poder Executivo Municipal a doar imóvel ao Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Arapoti – IPSM, e dá outras providências. Enviado em 10/06/2026 para Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) com vencimento em 22/06/2026.
<u>PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 2780/2026</u>	Cleyton Dionathas Garcia	Dispõe sobre a obrigatoriedade de identificação visual dos veículos, máquinas e equipamentos pertencentes ou a serviço da Administração Pública Municipal de Arapoti, e dá outras providências. Enviado em 12/06/2026 para Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) com vencimento em 24/06/2026.
<u>PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 2783/2026</u>	Romanti Ezer Prestes Moreira	Institui o Programa Municipal de Teleatendimento Especializado para Crianças e Adolescentes em acompanhamento por Transtorno do Espectro Autista (TEA), Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH), Transtorno Opositivo Desafiador (TOD) e demais transtornos do

		neurodesenvolvimento, e dá outras providências. Enviado em 11/06/2026 para Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) com vencimento em 23/06/2026.
--	--	--

MATÉRIA AGUARDANDO RETORNO DO EXECUTIVO			
TÍTULO	AUTORIA	RESUMO	DESTINO
<u>PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 2587/2025</u>	Poder Executivo	Autoriza o Poder Executivo Municipal de Arapoti, doar Poço Artesiano e imóvel de sua propriedade a Companhia de Saneamento do Paraná-SANEPAR, e dá outras providências.	Leitura
<u>PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 2657/2025</u>	Poder Executivo	Dispõe sobre regulamentação referente a circulação de veículos de grande porte nas vias urbanas no município de Arapoti.	Leitura

MATÉRIA AGUARDANDO RETORNO DA PROCURADORIA JURÍDICA			
TÍTULO	AUTORIA	RESUMO	DESTINO
<u>PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 2765/2026</u>	Romanti Ezer Prestes Moreira; Maicon Pot; Maria Olívia Depizzoli Zacharias; Marineo Junior	Institui o Programa Municipal de Incentivo ao Comércio Local denominado "Compra Premiada" e dá outras providências.	Leitura
<u>PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 2782/2026</u>	Romanti Ezer Prestes Moreira	Institui a Rota das Águas de Arapoti, cria o Inventário Municipal de Cachoeiras e Atrativos Naturais e estabelece diretrizes para o desenvolvimento do turismo de natureza, turismo rural e preservação ambiental no Município de Arapoti.	Leitura

MATÉRIA SUSPensa			
TÍTULO	AUTORIA	RESUMO	DESTINO
<u>PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 0188/2025</u>	Marineo Junior; Romanti Ezer Prestes Moreira	Institui o programa Jovem Assessor, e dá outras providências.	Leitura
<u>PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 2678/2025</u>	Jean Carlos Klichowski	Institui no âmbito do município de Arapoti a Câmara Mirim e dá outras providências	Leitura
<u>PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 2781/2026 (URGÊNCIA ESPECIAL)</u>	Poder Executivo	Altera a fixação das despesas do Plano Plurianual PPA 2026/2029, inclui ação orçamentária na Lei de Diretrizes Orçamentárias, e autoriza a abertura de crédito adicional especial ao orçamento fiscal do município, no valor de R\$ 3.231.999,11.	Leitura

MATÉRIA DEVOLVIDA AO AUTOR			
TÍTULO	AUTORIA	RESUMO	DESTINO
<u>PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 2624/2025</u>	Jean Carlos Klichowski	Cria o Programa de acompanhamento mulheres vítimas de interrupção gestacional no município de Arapoti PR	Leitura
<u>PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 2630/2025</u>	Lelo Ulrich	Institui o Sistema de Estacionamento Rotativo Pago de Veículos – Zona Azul – no Município de Arapoti e dá outras providências.	Leitura

<u>PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 2631/2025</u>	Lelo Ulrich	Fica instituído o Programa Municipal de Incentivo à Agricultura Familiar no Município de Arapoti, com o objetivo de promover o desenvolvimento sustentável, a segurança alimentar, a geração de renda e a valorização do produtor rural.	Leitura
<u>PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 2641/2025</u>	Romanti Ezer Prestes Moreira	Dispõe sobre a distribuição gratuita de protetores auriculares para crianças e adolescentes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) matriculados na rede pública de ensino do município de Arapoti – PR, e dá outras providências.	Leitura
<u>PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 2642/2025</u>	Jean Carlos Klichowski	Institui o Programa Rota Escolar Segura no município de Arapoti e dá outras providências.	Leitura
<u>PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 2668/2025</u>	Jean Carlos Klichowski	Ementa: Dispõe sobre a obrigatoriedade de divulgação online da relação de medicamentos disponíveis e em falta na Farmácia Municipal de Arapoti e dá outras providências.	Leitura
<u>PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 2671/2025</u>	Lelo Ulrich	Dispõe sobre a proibição da terceirização da administração geral e ensino das unidades escolares da rede pública municipal.	Leitura
<u>PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 2683/2025</u>	Jean Carlos Klichowski	Dispõe sobre a autorização para que crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) ou que necessitem de alimentação diferenciada, por motivo de saúde ou restrição alimentar, possam levar seu próprio lanche às instituições de ensino da rede pública e privada do Município de Arapoti, e dá outras providências.	Leitura
<u>PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 2688/2025</u>	Jean Carlos Klichowski	Institui o Programa Municipal de Atletismo para Crianças e Adolescentes no Município de Arapoti e dá outras providências.	Leitura
<u>PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 2689/2025</u>	Romanti Ezer Prestes Moreira	Institui o “Programa Municipal de Combate à Obesidade Infantil”, no âmbito das escolas públicas de Arapoti, e dá outras providências.	Leitura
<u>PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 2692/2025</u>	Jean Carlos Klichowski	Institui o Centro de Convivência para Pessoas com Deficiência no Município de Arapoti e dá outras providências.	Leitura
<u>PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 2703/2025</u>	Lelo Ulrich	Institui a gratuidade no transporte público coletivo municipal para pessoas em tratamento de saúde realizado dentro do Município de Arapoti, Estado do Paraná, e dá outras providências.	Leitura
<u>PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 2724/2026</u>	Lelo Ulrich	Institui o Programa Municipal de Saúde Mental nas Escolas no Município de Arapoti e dá outras providências.	Leitura
<u>PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 2725/2026</u>	Lelo Ulrich	Dispõe sobre a alteração do sentido de circulação da Rua José Nunes de Souza, no Bairro Centro, no Município de Arapoti, e dá outras providências.	Leitura
<u>PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 2726/2026</u>	Romanti Ezer Prestes Moreira	Institui o Programa Municipal Mãe Bem Cuidada, Bebê Protegido, destinado à orientação e acompanhamento de gestantes de primeira viagem e mães em situação de vulnerabilidade, no âmbito do Município de Arapoti Pr, e dá outras providências.	Leitura
<u>PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 2727/2026</u>	Romanti Ezer Prestes Moreira	Institui no Município de Arapoti, Estado do Paraná, o Programa Municipal “Família Presente”, voltado ao fortalecimento de vínculos familiares e à prevenção de violências envolvendo crianças e adolescentes, e dá outras providências.	Leitura

<u>PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 2730/2026</u>	Cleyton Dionathas Garcia	Dispõe sobre a aplicação de multa administrativa a pessoas que descartarem resíduos sólidos em vias públicas no Município de Arapoti e institui incentivo financeiro ao denunciante que comprovar a infração por meio de prova audiovisual.	Leitura
<u>PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 2739/2026</u>	Maicon Pot	Institui o Programa Municipal de Combate à Obesidade e Diabetes, autorizando o fornecimento gratuito de medicamento agonista receptor de GIP/GLP-1 (Tirzepatida) e outras medidas na rede pública de saúde (SUS) do Município de Arapoti, e dá outras providências.	Leitura
<u>PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 2748/2026</u>	Lelo Ulrich	Cria o Cadastro Municipal de Empregos e Trabalhadores Desempregados no Município de Arapoti – PR.	Leitura
<u>PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 2749/2026</u>	Lelo Ulrich	Altera e moderniza a Lei Municipal nº 1.416/2013, ampliando o Programa Municipal de Frentes de Trabalho.	Leitura
<u>PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 2750/2026</u>	Lelo Ulrich	Institui o Programa Primeiro Emprego no Município de Arapoti.	Leitura
<u>PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 2754/2026</u>	Jean Carlos Klichowski	Dispõe sobre a inserção de profissional de fonoaudiologia na rede pública municipal de ensino do Município de Arapoti e dá outras providências.	Leitura
<u>PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 2755/2026</u>	Jean Carlos Klichowski	Institui a Semana Municipal de Combate às Drogas no Município de Arapoti e dá outras providências.	Leitura
<u>PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 2756/2026</u>	Lelo Ulrich	Cria tratamento diferenciado e favorecido às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte e outras de que tratam as Leis Complementares Federais nº 123/ 2 0 0 6 , 128/2008 e 139/2011, e dá outras providências	Leitura
<u>PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 2760/2026</u>	Cleyton Dionathas Garcia	Institui no Município de Arapoti-Pr, atendimento prioritário aos portadores de fibromialgia e dá outras providências.	Leitura
<u>PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 2763/2026</u>	Lelo Ulrich	Dispõe sobre a obrigatoriedade de manutenção de atendimento mínimo nos postos de saúde do Município de Arapoti durante feriados e pontos facultativos, e dá outras providências.	Leitura
<u>PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 2768/2026</u>	Lelo Ulrich	Dispõe sobre a regulação nas propriedades rurais limitadoras com área urbana no Município de Arapoti referente a dispersão agrotóxicos e dejetos animais (esterco) que produzam odores.	Leitura

PEQUENO EXPEDIENTE

Avisos de Comissões

GRANDE EXPEDIENTE

Pronunciamento dos Vereadores

ORDEM DO DIA

TÍTULO	AUTORIA	RESUMO	DESTINO
--------	---------	--------	---------

<u>PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 0223/2026 (URGÊNCIA SIMPLES)</u>	Poder Executivo	Institui o Fundo Municipal de Proteção e Defesa Civil – FUMPDEC e o Conselho Diretor no Município de ARAPOTI, Estado do Paraná, e dá outras providências.	Leitura/Discussão/Votação Primeira
<u>PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 0387/2026</u>		Ementa: Rejeita o VETO TOTAL Nº 0002/2026 ao PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 2706/2025, e da outras providências.	Leitura/Discussão/Votação Única
<u>PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 0222/2026</u>	Poder Executivo	Revoga a Lei nº.2.189/2022, Cria o Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social – CMHIS , Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social - FMHIS, e Conselho Gestor do Fundo – CGFMHIS.	Leitura/Discussão/Votação Primeira
<u>SUBSTITUTIVO Nº 2769/2026 ao PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 2769/2026</u>	Marineo Junior	Dispõe sobre normas de segurança para traves utilizadas em espaços esportivos públicos no Município de Arapoti e dá outras providências.	Leitura/Discussão/Votação Primeira

MATÉRIA DO LEGISLATIVO

TÍTULO	AUTORIA	RESUMO	DESTINO
<u>MOÇÃO Nº 0012/2026</u>	Jean Carlos Klichowski	O Vereador que este subscreve, após ouvido o Plenário requer que seja encaminhada uma Moção de Aplauso ao Sr Fabiano Taques Betim pelo trabalho de voluntário na modalidade de Xadrez com os alunos da rede municipal de educação e jovens de Arapoti.	Leitura/Discussão/Votação Única
<u>REQUERIMENTO Nº 0148/2026</u>	Luciano Ferreira da Silva	O Vereador que este subscreve, após ouvido o Plenário requer de Vossa Excelência que officie-se ao Chefe do Poder Executivo o seguinte REQUERIMENTO: Vimos por intermédio deste, solicitar informações detalhadas a respeito do andamento do processo para a contratação de um médico especialista em Oftalmologia para atender a demanda do nosso município. Especificamente, solicita-se esclarecer: Em qual etapa se encontra o processo de contratação (concurso público, processo seletivo simplificado, terceirização ou credenciamento)? Existe uma previsão cronológica para o início dos atendimentos desta especialidade na rede municipal de saúde?	Leitura/Discussão/Votação Única

<p><u>REQUERIMENTO Nº 0149/2026</u></p>	<p>Romanti Ezer Prestes Moreira</p>	<p>O Vereador que este subscreve, após ouvido o Plenário requer de Vossa Excelência que oficiasse ao Chefe do Poder Executivo o seguinte REQUERIMENTO: Requer que seja encaminhado expediente à Secretaria Municipal de Assistência Social de Arapoti, solicitando as seguintes informações: 1. Qual o telefone de contato e demais canais oficiais disponibilizados à população para comunicar situações envolvendo pessoas em situação de rua que necessitem de atendimento social? 2. Existe cadastro atualizado das pessoas em situação de rua atendidas pelo Município? 3. Qual o custo anual das ações destinadas a esse público? 4. O Município recebe recursos estaduais ou federais para esse atendimento? 5. Quantas abordagens sociais foram realizadas em 2025 e 2026? 6. Existe local de acolhimento emergencial para períodos de frio intenso? 7. Quais são os procedimentos adotados quando há denúncias de perturbação, uso de drogas ou ocupação irregular de espaços públicos por pessoas em situação de rua?</p>	<p>Leitura/Discussão/Votação</p>
<p><u>REQUERIMENTO Nº 0150/2026</u></p>	<p>Cleyton Dionathas Garcia</p>	<p>O Vereador que este subscreve, após ouvido o Plenário requer de Vossa Excelência que oficiasse ao Chefe do Poder Executivo o seguinte REQUERIMENTO: Solicito o relatório dos trabalhos das estradas rurais dos últimos 3 meses e qual prazo para realização dos trabalhos na serrinha, 4º Lomba e Rincão.</p>	<p>Leitura/Discussão/Votação</p>
<p><u>REQUERIMENTO Nº 0151/2026</u></p>	<p>Cleyton Dionathas Garcia</p>	<p>O Vereador que este subscreve, após ouvido o Plenário requer de Vossa Excelência que oficiasse ao Chefe do Poder Executivo o seguinte REQUERIMENTO: Solicito informações e providências acerca do cumprimento do contrato firmado com a empresa Chrysallis, responsável pelo plantio e manutenção de flores nos canteiros públicos do município. Além disso: 1- Quais ações de fiscalização vêm sendo realizadas pelo Município para acompanhar a execução dos serviços? 2- Se a Administração Municipal constatou eventual descumprimento contratual e, em caso positivo, quais medidas foram ou serão adotadas?</p>	<p>Leitura/Discussão/Votação</p>
<p><u>REQUERIMENTO Nº 0152/2026</u></p>	<p>Marineo Junior; Romanti Ezer Prestes Moreira; Cleyton Dionathas Garcia</p>	<p>A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), no uso de suas atribuições regimentais, com fulcro no art. 71 e no art. 123, § 3º, inciso X, do Regimento Interno desta Casa de Leis, REQUER, após ouvido e aprovado pelo soberano Plenário, que seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, solicitando as seguintes informações documentadas referentes ao Projeto de Lei Ordinária nº 2771/2026: a) Quais encargos assumidos pela empresa donatária (G C DADA FABRICAÇÃO DE ARTEFATOS DE MATERIAIS PLÁSTICOS LTDA), previstos expressamente no art. 3º da Lei Municipal nº 2.253/2023, foram efetivamente cumpridos até a presente data? b) Quais encargos permanecem pendentes? Requer-se a especificação do status atualizado de cada uma das obrigações listadas na referida lei, notadamente o início das obras de construção, o funcionamento da 1ª e 2ª etapas, os investimentos realizados e a comprovação da geração de empregos. Requer-se, outrossim, com base na expressa previsão do art. 71 do Regimento Interno, que o prazo para a emissão do parecer desta Comissão referente ao PLO nº 2771/2026 fique automaticamente prorrogado (suspensão) até o recebimento e juntada das informações solicitadas ao Chefe do Executivo.</p>	<p>Leitura/Discussão/Votação Única</p>

<p><u>REQUERIMENTO Nº 0153/2026</u></p>	<p>Luciano Ferreira da Silva</p>	<p>O Vereador que este subscreve, após ouvido o Plenário requer de Vossa Excelência que officie-se ao Chefe do Poder Executivo o seguinte REQUERIMENTO: Requeiro em meu nome como vereador e também do cidadão Carlos André Rosa Sutil, informações e providências urgentes quanto ao problema abaixo nominado: 1. DOS FATOS O cidadão Carlos André Rosa Sutil encontra-se internado no Hospital 18 de Dezembro desde a última quarta-feira, dia 03 de junho de 2026. Ocorre que o paciente deu entrada com quadro clínico que demanda avaliação especializada e intervenção da área de Ortopedia. Contudo, até a presente data — passados mais de 7 (sete) dias de internamento —, o cidadão ainda não recebeu o devido atendimento pelo médico especialista, permanecendo no aguardo sem uma previsão resolutiva, o que agrava seu sofrimento físico e emocional, além de elevar os riscos de complicações em seu estado de saúde. 2. DOS FUNDAMENTOS E DO PEDIDO DE EXPLICAÇÕES Considerando o direito fundamental à saúde, a dignidade da pessoa humana e o princípio da eficiência que deve reger a Administração Pública e os serviços de saúde integrados ao SUS, REQUER-SE que, no prazo legal, sejam prestados os seguintes esclarecimentos: a) Qual o motivo real e detalhado para a demora no atendimento/avaliação do paciente Carlos André Rosa Sutil por um especialista em Ortopedia? b) Já foi realizada a inserção do paciente no sistema de regulação de leitos/consultas (como o CARE/Central de Regulação)? Se sim, qual o número do protocolo e a posição atual da solicitação? c) Existe falta de profissionais da especialidade de ortopedia na escala de plantão ou na rede referenciada para este município atualmente? d) Qual a previsão exata (data e horário) para que o médico ortopedista realize a avaliação clínica, procedimento cirúrgico ou transferência do paciente, se for o caso? e) Quais medidas paliativas e de manejo da dor estão sendo adotadas pela equipe médica local enquanto o especialista não realiza o atendimento?</p>	<p>Leitura/Discussão/Votação</p>
<p><u>REQUERIMENTO Nº 0154/2026</u></p>	<p>Luciano Ferreira da Silva</p>	<p>O Vereador que este subscreve, após ouvido o Plenário requer de Vossa Excelência que officie-se ao Chefe do Poder Executivo o seguinte REQUERIMENTO: Venho mui respeitosamente, perante Vossa Senhoria, expor e requerer o que segue: I. DOS FATOS Fui procurado pelo pessoal de Técnico de Enfermagem do Hospital Municipal 18 de Dezembro que me apresentou o seguinte relato: Ocorre que, a partir da vigência da legislação federal que instituiu o piso salarial nacional da categoria, este Ente Público passou a repassar e a demonstrar os valores devidos a título de piso salarial sob a rubrica de "complemento", e não como remuneração base/vencimento do cargo. Como reflexo direto dessa metodologia de pagamento, a verba não está sendo devidamente incorporada ao vencimento para fins de cálculo de reflexos legais, deixando de constar nos holerites de forma integrada à remuneração e, de maneira ainda mais gravosa, não está compondo a base de cálculo de contribuição previdenciária e a formação do histórico funcional para fins de aposentadoria futuros. II. DO DIREITO A Lei Federal nº 14.434/2022, que alterou a Lei nº 7.498/1986, instituiu de forma clara o piso salarial dos Enfermeiros, Técnicos de Enfermagem e Auxiliares. Por definição jurídica,</p>	<p>Leitura/Discussão/Votação</p>

		<p>o piso salarial consiste na contraprestação mínima devida pela jornada de trabalho, possuindo natureza estritamente remuneratória. O entendimento firmado pelos Tribunais e pela jurisprudência pátria consolida que o piso salarial deve integrar o vencimento inicial/vencimento-base da carreira. Tratar o piso como mera "complementação" destacada: Fere o princípio da legalidade: Desnatura a essência do piso nacional, que visa garantir um patamar remuneratório mínimo fixo sobre o qual incidem os reflexos trabalhistas e estatutários. Gera severo prejuízo previdenciário: Ao não figurar como remuneração propriamente dita com a devida incidência de contribuições sobre a totalidade do piso, obstaculiza a correta formação do histórico contributivo do servidor/empregado, o que reduzirá drasticamente os proventos de sua futura aposentadoria. Portanto, o valor do piso salarial deve constar formalmente no contracheque incorporado ao padrão de vencimento, servindo de base de cálculo para as retenções previdenciárias vigentes. III. DOS PEDIDOS Diante do exposto, o(a) Requerente solicita a Vossa Senhoria: A RECEPÇÃO E O PROCESSAMENTO do presente requerimento administrativo; A READEQUAÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO de todos os Técnicos de Enfermagem do Hospital Municipal 18 de Dezembro, para que o piso salarial nacional passe a constar nos holerites incorporado como remuneração/vencimento, e não como mero complemento; A RETIFICAÇÃO DO HISTÓRICO PREVIDENCIÁRIO, garantindo que as contribuições previdenciárias incidam sobre o valor integral do piso salarial fixado por lei, assegurando a regularidade da base de cálculo para fins de aposentadoria; O PAGAMENTO RETROATIVO das diferenças reflexas que porventura tenham sido prejudicadas pela classificação incorreta da verba desde o início do pagamento do referido piso.</p>	
<p><u>REQUERIMENTO Nº</u> <u>0155/2026</u></p>	<p>Maria Olívia Depizzoli Zacharias</p>	<p>A Vereadora que este subscreve, após ouvido o Plenário requer de Vossa Excelência que officie-se ao Chefe do Poder Executivo o seguinte REQUERIMENTO: Que seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal e à Secretaria Municipal de Saúde para que informem sobre a possibilidade de realização de campanha institucional de orientação e esclarecimento à população acerca dos critérios de classificação de risco gestacional adotados pela Rede Mãe Paranaense e dos fluxos de encaminhamento para os hospitais de referência.</p>	<p>Leitura/Discussão/Votação</p>
<p><u>REQUERIMENTO Nº</u> <u>0156/2026</u></p>	<p>Marineo Junior</p>	<p>O Vereador que este subscreve, após ouvido o Plenário requer de Vossa Excelência que officie-se ao Chefe do Poder Executivo o seguinte REQUERIMENTO: Requeiro que seja encaminhada cópia física ou digitalizada de capa a capa da Concorrência nº 02/2022, da Inexigibilidade nº 28/2022 e todos os termos aditivos ou apostilamentos relacionados aos Contratos nº 537/2022 e 538/2022.</p>	<p>Leitura/Discussão/Votação</p>

MARIA OLÍVIA DEPIZZOLI ZACHARIAS
1ª Secretária